

# Dialética da (des)alienação | Luiz Marques

19/08/2022

---

O problema da alienação é tematizado como massificação, consumismo. Os templos modernos do consumo não são espaços destinados à práxis da cidadania, mas ao soberano consumidor.



O conceito de “alienação” é de origem jurídica, referia-se à doação ou venda de um bem ou uma propriedade. Com os anos, designou a falta de autonomia de um indivíduo ou uma coletividade, como os povos originários do Brasil, na ótica de Pero Vaz de Caminha em carta a El-Rei: “O melhor fruto que dela (a terra descoberta) pode tirar, me parece será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza deve nela lançar”.

Com Jean-Jacques Rousseau, em *Du Contrat Social* (1762), a alienação ganha uma conotação política ao indicar a cessão positiva “de cada um, unindo-se a todos, para que não obedeça senão a si mesmo e fique tão livre quanto o era antes”. A alienação, nesta acepção, não retira a autonomia dos indivíduos porque “cada qual, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe foi cedido, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e maior força para conservar o que se tem”.

Assim nasce a “vontade geral”. Com traços totalitários por subsumir as particularidades em uma férrea totalidade, segundo os intérpretes algo dramáticos do “caminhante solitário”. A elaboração conceitual rousseuiana mostra que o povo pode ser o canal político pelo qual se exprime a consciência coletiva, aos moldes da Revolução Francesa – a carteira de identidade da modernidade. Aqui, o fenômeno resulta num movimento de fusão disruptiva.

Feuerbach localiza a alienação na transposição da essência do homem para um ser divino, em *A Essência do Cristianismo* (1841). Marx opera a crítica da religião no espaço da política e do Estado, retirando a discussão do Céu e fincando os pés na Terra, metaforicamente. Fala da alienação de maneira a lhe conferir uma fria objetividade. Remete-a ao processo histórico que afastou os seres humanos da natureza e, igualmente, dos produtos de sua atividade (bens e capital, instituições sociais e cultura) em meio a uma coisificação da sociedade.

Diferente de Hegel, para Marx a alienação não é um derivativo da consciência. Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), também conhecidos como *Manuscritos de Paris*, publicados em 1932, ajudaram na divulgação do tema com certeza. “A crítica da alienação parece ter adquirido uma nova premência histórica”, anotou István Mészáros, no prefácio da terceira edição de *Marx’s Theory of Alienation* (1979), três meses

após o lançamento. O vocábulo entrou nos dicionários sisudos de filosofia e de política, depois da metade do século 20.

N' *O Alienista*, a pena de Machado de Assis conduz o doutor Simão Bacamarte a adotar o “desvio da normalidade” para internar os habitantes da cidade, e inclusive a si, na Casa Verde. Desta vez, a noção vai buscar o critério sobre o que é normal na subjetividade. Em Estados de exceção, sensores subjetivos são usados para aprisionar os juízos rebeldes no arrastão autoritário e totalitário de uma cosmovisão fiel ao *establishment*, que estigmatiza como distúrbio mental os sonhos revolucionários de mudança. A psicologização da rebeldia vira uma arma.

### ***Individuelethik***

Nosso tempo se caracteriza pela privatização da existência dos indivíduos, a alienação. Nada reflete melhor tal tendência do que a “nova razão do mundo”, o neoliberalismo. Não à toa, o valor máximo do movimento bolsonarista para liquidificar neoconservadorismo / neoliberalismo / neofascismo é a “liberdade individual”, que não é liberdade e sequer é individual posto que se insere na lógica de valoração tipificada na racionalidade do *american way of life*, que equivale a uma mentalidade de mercado para desfrutar de prestígio, poder e status social.

Trata-se de um princípio que tem por pano de fundo a extensão total do modelo capitalista de amplificação, para que todos tenham “relações contratuais livres”. Não é um valor que pudesse se disseminar na sociedade colonial-escravista, por óbvio. Pressupõe três etapas de desenvolvimento: a) relações de dependência pessoal; b) independência pessoal das coisas; e c) indivíduos com uma produtividade que se constitui num patrimônio social. A novidade consistiu em colocar a trajetória da humanidade no circuito tenso das relações de produção.

A mistificação está em fazer da liberdade individual um reles sinônimo da têmpera humana, o que ela não é. Está em bradar a liberdade como um troféu do indivíduo isolado, o que ela não é. Está em elidir as sólidas referências sociopolíticas e os condicionamentos históricos, sobre o que ela é. A ideia de que “a sociedade não existe, o que existe são os indivíduos e as famílias” é o resultado de um momento mui particular da história recente. *Capiche?*

Ao “nós” ilusório da ambiência no capitalismo, opõe-se um “eu” tirado da revista *Caras* para controlar as corrosivas engrenagens da despersonalização, que fazem do trabalho visto como uma potência estrangeira uma forma radicalizada de alienação. Por isso, os trabalhadores ao final do expediente numa fábrica celebram uma nova libertação, a cada dia passado. A dificuldade mora na compreensão de que a pseudoliberalidade burguesa, longe de ser encarnação da “liberdade em geral”, é apenas um adereço do modo de produção capitalista.

A liberdade individual é uma solução *fake*. O comércio automotivo lança mão da promessa “uma nova liberdade chegou” para vender SUVs. A aparência de independência transforma o ouropel em uma joia. “A realização egoísta é a camisa de força imposta ao homem pela evolução capitalista, e os valores da ‘autonomia individual’ representam a sua glorificação ética. *Individuelethik* é a expressão alemã sublimada do egoísmo burguês bruto, que predomina em consequência da reificação das relações sociais de produção. Antes da evolução capitalista, era inconcebível fazer abstração, em nome da escala de valores do indivíduo, de uma ordem objetiva da natureza e sociedade”, sublinha o velho lukacsiano, Mészáros (*op. cit.*).

### **Comprar e viajar**

Mais complexa se torna a sociedade, maior a divisão social do trabalho, o que aumenta a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, a ponto do vínculo entre um e outro se tornar etéreo como uma nuvem. Émile Durkheim, em uma obra clássica sobre o assunto (1893), reconheceu os aspectos negativos (sentimento de impotência, falta de sentido pela incompletude da atividade, isolamento, insatisfação com as tarefas laborais) na divisão do trabalho, mas se consolou com as inúmeras chances de autorrealização que

propiciariam. A fragmentação do saber nas universidades, condicionadas a formar técnicos para o mercado, naturaliza o alheamento. A crítica concentra-se nas ciências humanas, e a extrema direita elege-as alvo preferencial.

O problema da alienação, contemporaneamente, é tematizado como massificação, consumismo, anomia. José Saramago utiliza a alegoria do mito da caverna, atualizado nos *shopping centers*, para ilustrar a conversão de todos e tudo em mercadoria. Os templos modernos do consumo não são espaços destinados à práxis da cidadania, mas vitrines reservadas ao soberano consumidor. O interessante é que as únicas lojas que sinalizam para o universo, do lado de fora das grandes caixas de cimento e vidro, são as agências de viagens e de câmbio. Comprar e viajar em cruzeiros, com direito a um show inosso de Roberto Carlos, nisto, se resume a receita para preencher as almas vazias da classe média, que captam no binômio a combinação pasteurizada de “bom gosto” e “boa cultura”. Pior, acreditam na verve da propaganda enganosa.

Pós-modernos descrevem com minúcias o gozo com a alienação, embora não empreguem *le mot* por causa do carimbo hegel-marxiano que carrega. “A cirurgia plástica não é para remover uma cicatriz ou alcançar uma forma ideal negada pela natureza ou pelo destino, mas para ficar em dia com padrões que mudam com rapidez, manter o próprio valor de mercado e descartar uma imagem que perdeu sua utilidade ou seu charme, de modo que uma nova imagem pública seja colocada em seu lugar – num pacote que inclui (espera-se) uma nova identidade e (com certeza) um novo começo”, escreve Zygmunt Bauman, em *Consuming Life* (2007).

A intervenção cirúrgica quiçá economize alguns anos de caras sessões de psicanálise; o provável é que eleve os extraordinários lucros da indústria farmacêutica de ansiolíticos. De passagem, registre-se que o mote está ausente do burocrático léxico stalinista. O passado pesa como fardo. Como diz o poeta-samurai Paulo Leminski: “Haja hoje para tanto ontem”.

Seja como for, imaginar o fim da alienação não é razoável. Sempre poderão surgir variantes de estranhamento, no cenário de uma sociedade socialista. A polissemia de significados (de caráter sexual, conjugal, social, religioso) jamais cessará de provocar controvérsias. O risco de eliminar a especificidade do marxismo e da crítica política, no cipoal de definições e hermenêuticas, não será afastado com um mero passe de mágica. O entendimento das estratégias de enfrentamento à alienação continuará sendo uma arena de duras disputas.

## **Desalienação**

Frente ao operário ciente de que os patrões se apropriam de sua mais-valia, o hegeliano vê uma desalienação; o marxista enxerga um companheiro disposto a empenhar-se, junto da classe trabalhadora, para romper os grilhões da espoliação nas relações de trabalho – e superar a alienação na prática. N’*A Ideologia Alemã* (1845-6), Marx num repente fantasiou o ato de desalienação: “caçar de manhã, pescar de tarde, cuidar do gado antes do anoitecer e fazer crítica após o jantar, sem jamais se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico”. Uma lúdica recusa à divisão do trabalho, por parte de quem não gostava de projeções sobre o futuro da ordem socialista para não causar a falsa impressão de que esboçava um sistema acabado, como os que refutou no *Manifesto Comunista* (1848) com o selo de “socialismo utópico”.

N’*O Capital* (vol I, 1867), mais comedido, Marx afirmou que a subsistência não pode ser suspensa, é permanente. Ser “idealista” é pensar que a alienação se passa na autoconsciência; ser “materialista” é combatê-la nas estruturas do real: na propriedade privada, na dominação de classe, na exploração, na racionalização do labor e, claro, no fetichismo da mercadoria. Paul Singer, em *Uma Utopia Militante* (2022), avalia que “a cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do socialismo no plano da produção”.

Existencialistas contra-argumentam que a produção capitalista exacerba a alheação, que é inerente à condição humana. Teólogos consideram-na a prova do pecado que levou à expulsão de Adão e Eva do Éden, ao provarem da árvore do conhecimento sobre o bem e o mal – a desobediência civil inaugural. Nas correntes de pensamento, acima, ora como uma quimera inalcançável, ora como uma condenação ao livre-arbítrio, a

desalienação depende da análise sobre a *maladie*, enquanto dilema dos indivíduos ou da humanidade, da religião ou da economia.

Oswald de Andrade, no *Manifesto Antropofágico* (1928), pregou a deglutição do “outro externo” (a cultura estadunidense e europeia) e do “outro interno” (a cultura dos ameríndios, afrodescendentes e eurodescendentes), para dar à luz uma cultura nacional autêntica. É preciso metabolizar influências sem negar e nem imitar, pelo “complexo de vira-lata”. O impulso à desalienação ocorre no revide à força dos oponentes, com a técnica sofisticada dos canibais. O antropofagismo influenciou/ensinou a Tropicália (Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé) a lidar com o cosmopolitismo cultural. “Estávamos ‘comendo’ The Beatles e Jimi Hendrix”, desabafou o filho de Ôdàrà ao ler o libelo. À época, a esquerda engolia rações do Leste Europeu, sem mastigar.

Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), Marx assinalou: “A filosofia não pode ser realizada sem a supressão do proletariado, e o proletariado não pode ser abolido sem a realização da filosofia”. A decodificação da abstração filosófica alemã seria a chave da suplantação da alienação na realidade. Nos *Grundrisse* (1857-8), gênese do poderoso *Das Kapital*, concluiu o raciocínio ao analisar a relação do indivíduo e o ambiente social. Então anotou que a alienação só é transcendida se os “indivíduos se reproduzirem como indivíduos sociais”.

### **Eixo programático**

Lula da Silva enfatiza a importância de colocar os pobres no orçamento da União (uma proposta antineoliberal) e na atividade política em instâncias de democracia participativa para aperfeiçoar a própria democracia representativa, em crise aguda. O líder estadista ergue a bandeira vermelha no programa (“Juntos pelo Brasil”) contra a alienação do povo, com apelos inclusivos para reparar o rosário de injustiças pontuadas de sangue, suor e revoltas – e transformar as classes trabalhadoras, de objeto passivo, em um verdadeiro sujeito da política.

Ainda que sem desfraldar o termo em questão, o que implicaria interpelar o conceito filosófico concernente ao “reino da liberdade”, em detrimento de uma agenda com pautas que dialoguem direto com o “reino da necessidade” – este é o eixo programático do Partido dos Trabalhadores (PT). A espinha vertebral do combate à dominação social, econômica, política, cultural e civilizacional – o incontornável esconjuro ao inferno astral. A “economia solidária” é a tentativa de construir um *habitus* socialista junto ao precariado.

A luta contra a alienação, que é uma categoria fundamental do materialismo histórico, traça a linha de solidariedade dos partidos e movimentos progressistas ao redor do mundo contemporâneo. Na Espanha, para ilustrar, o Podemos (*Podem*, em catalão) reivindica a aplicação plena do artigo 128 da Constituição: “Toda riqueza do país nas suas distintas formas e seja qual for a sua titularidade (pública ou privada) está subordinada ao interesse geral”.

Ainda, entre tantas demandas de inegável relevância, reitera a oposição a uma reforma restritiva da lei do aborto. O importante é desalienar a nação e aproximá-la do interesse geral, por um lado; por outro, desalienar o corpo da mulher (“meu corpo, minhas regras”). O Podemos original (de esquerda) não tem a ver com o seu pífio simulacro (de direita), por estas bandas milicianas. Quem está na contramão da contemporaneidade são os Estados Unidos, que acabam de retroceder cinquenta anos por uma decisão reacionária da *Supreme Court*.

Entre nós, a partir de 2013, assistimos a violência crescer e esparramar intrafronteiras os crimes de racismo, feminicídio e homofobia, reforçados pelo *impeachment* da presidenta honesta em 2016, e a ilegítima eleição para a Presidência do vômito do demônio, em 2018. O mandatário, especialista em negacionismo da pandemia e das vacinas, se graduou com louvor em charlatanismo cloroquínico para tratamento do coronavírus e se pós-graduou em genocídio, desemprego, fome e devastação ambiental. Foi o *start* da premeditada destruição em áreas onde despontava o Estado de Bem-Estar Social, com participação cidadã: educação, saúde, segurança, meio ambiente, cultura, infraestrutura, ciência e tecnologia, integração latino-americana, consolidação da multipolaridade mundial com a pactuação do Brocs (Brasil, Rússia, Índia, China,

África do Sul) e defesa das empresas públicas estratégicas (Petrobras, Pré-Sal, Eletrobras, entre outras).

Nunca brasileiras e brasileiros estivemos mais distantes do tipo ideal de brasilidade, do que agora. O “homem cordial” foi substituído pelo *homo demens*, capaz de sujar com merda a honraria outrora concedida a um nome da literatura universal, Carlos Drummond de Andrade. As emotivas cartas ao “Querido Lula”, endereçadas durante a prisão injusta no cárcere de Curitiba, repletas de comovidos agradecimentos às políticas igualitaristas que alavancaram a mobilidade social de amplas camadas da população, serviram de alento na travessia do *Jornal Nacional* (JN). No período sombrio, com um amargo sentimento de solidariedade, ainda ressoam os tiros bolsonaristas que tiraram a vida do petista Marcelo Arruda, juntamente com os cânticos indígenas de indignação para os “encantados” mártires da luta pela preservação integral da Amazônia, Bruno Pereira e Dom Phillips: “Cadê meu irmão / Mas cadê meu irmão / Cadê meu irmão / Mas cadê meu irmão”.

*Luiz Marques é docente de Ciência Política na UFRGS, ex-secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul*

*Via Fundação Perseu Abramo*